

Revista "Atlantida": a educação elementar em Portugal e no Brasil nas primeiras décadas do século XX

Silvana Fernandes Lopes

Resumo

Este artigo visa analisar o tratamento dado à educação elementar na revista "Atlantida: Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil" (1915-1920). O principal objetivo da revista era contribuir para a integração luso-brasileira e, embora a literatura merecesse maior destaque, as questões sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais foram bastante discutidas ao longo de suas páginas. A análise dos artigos relacionados à educação elementar veiculados pela "Atlantida" evidencia que a revista difundiu algumas das principais preocupações de sua época: a necessidade de ampliação desse nível de ensino e a defesa de ideias escolanovistas. Redigida e divulgada por uma elite intelectual próxima ao poder em ambos os países, acabou por servir de instrumento de veiculação dos ideais do liberalismo educacional, matriz das principais reformas empreendidas no período no âmbito da educação, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Palavras-chave

imprensa de educação; ideias pedagógicas; revista "Atlantida"; educação comparada.

Introdução

O intuito deste artigo é analisar o tratamento dado à educação elementar na revista "Atlantida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil", publicada entre os anos de 1915 e 1920.

Embora a "Atlantida" não fosse uma revista voltada especificamente para a educação, a sua escolha justifica-se por ser um periódico cuja proposição manifesta era a de contribuir para uma aproximação entre Portugal e Brasil, como também por abranger as primeiras décadas do século XX, um período fértil para o estabelecimento de relações entre a história da educação de ambos os países. Dessa forma, este trabalho é relevante na medida em que traz à tona questões sobre a educação que estavam fortemente presentes nos debates da política educacional, tanto em Portugal como no Brasil, durante o período abrangido por essa revista.

A apresentação deste artigo está organizada nas seguintes seções: **1.** Uma breve apresentação da revista "Atlantida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil"; **2.** Algumas referências teórico-metodológicas; **3.** A educação elementar na revista "Atlantida"; e **4.** Considerações finais.

1. Uma breve apresentação da revista "Atlantida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil"

A revista "Atlantida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil", publicada durante o período de 1915 a 1920, foi dirigida por João de Barros e João do Rio.

Sua principal proposta consistia em servir de veículo de integração luso-brasileira. Nas palavras dos seus editores, a revista pretendia "erguer até ao conhecimento perfeito e amavel das suas tendencias e dos seus esforços as duas nacionalidades", ser "o grande abraço mental entre a Europa e a America", numa alusão ao lendário continente perdido, e "iria servir á causa da approximação fraterna e intelligente dos dois povos irmãos pelos laços de sangue, mas, que infelizmente ainda não o são satisfactoriamente pelos laços do espírito" (Barros, s.d., pp. xv-xvi).

Ao adotar como princípio a existência de um desconhecimento cultural entre Portugal e Brasil, os artigos tratariam de temas sociais, políticos, econômicos e culturais que pudessem minimizar esse desconhecimento mútuo e, assim, facilitar a integração entre os dois países.

Com essas pretensões, a divulgação da produção literária (portuguesa e brasileira) mereceu maior destaque, demonstrado no predomínio dos artigos de-

dicados ao tema, quando comparado aos demais. De acordo com Barros (s.d., p. xiv), essa ênfase fazia parte de uma estratégia para a aproximação luso-brasileira:

[...] O mais urgente, porém, creio que será estabelecer e desenvolver uma sólida aproximação das duas mentalidades, das duas literaturas, das duas artes. Criado êsse veículo essencial, mais de metade do trabalho estará feito.

As aproximações literárias pretendidas pela "Atlantida" não eram propriamente uma novidade. Um número considerável de jornais, revistas e almanaques contavam com a participação de escritores dos dois países. Alguns dos principais jornais cariocas, tais como o "Jornal do Comércio" e "O País", publicavam textos de Carlos Malheiros Dias e Alberto de Oliveira, entre outros. Por sua vez, em revistas portuguesas como "A Águia", por exemplo, escreviam Ronald de Carvalho, Coelho Neto, Lima Barreto e Vicente de Carvalho.

Ainda que a ênfase fosse dada à produção literária, a revista tratou de diversas questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

A política internacional, por exemplo, ocupou um espaço considerável da revista, principalmente no que diz respeito à Primeira Guerra Mundial.

Da mesma forma, os programas de política comercial entre os dois países, a expansão das rotas de navegação para o Brasil, o aparelhamento do porto de Lisboa, a política consular e o inquérito "A Confederação Luso-Brasileira: será possível uma nova e grande Lusitania?", promovido pela "Atlantida", foram alguns dos muitos temas divulgados pela revista. Embora fosse esperado que as relações entre os dois países fossem privilegiadas, tendo em vista o objetivo da revista, a abordagem dessas questões, no entanto, priorizou a situação e a recuperação/expansão econômica de Portugal.

Com o objetivo de favorecer os contatos entre a comunidade portuguesa e a brasileira, a revista organizou conferências, confraternizações e homenagens, registradas ao longo de suas páginas. Além disso, a "Atlantida" desenvolveu, em paralelo, um projeto de edição de obras de autores portugueses e brasileiros, cuja divulgação/propaganda aparecia na seção "Revista do Mez".

Nessa mesma direção, os relatórios, entrevistas e programas de governo de presidentes, cônsules, vice-cônsules, embaixadores e ministros de Estado dos dois países publicados na revista foi bastante significativa. A forma elogiosa como esses artigos eram apresentados revela a clara intenção de divulgação/promoção de personalidades da esfera política da época.

Durante os seus cinco anos de existência, cuja maior parte coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, a "Atlantida" passou por inúmeras dificuldades. Dentre elas, destacam-se as greves tipográficas, o aumento dos custos de produção,

os atrasos sucessivos na distribuição, a necessidade de reunião de dois números em um mesmo fascículo (fato esse que passou a ser recorrente) e as freqüentes mudanças na editoria. Esses problemas, associados a outros fatores, colaboraram para a curta permanência da revista.

Nos seus 48 números foram principalmente os portugueses que publicaram na revista (em detrimento dos brasileiros), com a contribuição crescente de autores franceses, espanhóis e italianos, resultando numa mudança de enfoque da revista. Sobre essa questão, a Redacção (1919, p. 3), assim esclarece e justifica:

Com o presente número a *Atlantida* passa a poder intitular-se, legitimamente, órgão do pensamento latino em Portugal e no Brasil. Com efeito, a aproximação luso-brasileira, para cuja defesa ela se fundou e por cuja realização tem combatido, só encontrará a sua completa efectivação quando baseada no mesmo e ardente amor pela alma latina que vive e palpita nas duas Pátrias irmãs, filhas de uma só raça, aventureira, leal e progressiva.

Dessa forma, a realização do projeto original – a de contribuir para a integração luso-brasileira – foi aparentemente abandonada.

2. Algumas referências teórico-metodológicas

Para a análise da revista "Atlantida" é importante considerar o papel desempenhado pelos intelectuais (literatos, jornalistas, publicistas) e sua inserção no contexto econômico, social e político dos dois países nesse período.

Ramos (1992) afirma que o estudo dos intelectuais portugueses no início do século XX revela alguns aspectos da história republicana, na medida em que estes influenciaram fortemente o debate político do período. Em Portugal, cerca de dez revistas literárias foram publicadas por ano entre 1900 e 1930, os maiores índices do século XX. "Cada revista dava voz a um pequeno círculo de amigos e conhecidos, ansiosos por ganhar reputação e mais ansiosos ainda por bater a competição dos vizinhos" (Mattoso, 2001, p. 470). Na tentativa de congregar esses pequenos grupos literários, alguns intelectuais republicanos fundaram a "Renasença Portuguesa" em 1912, cuja relevância foi a de ser uma das maiores tentativas de organização da classe intelectual portuguesa. Esse movimento "acabou por vir a ser a incubadora donde saíram a maior parte dos outros movimentos intelectuais desta época" (Mattoso, 2001, p. 466).

No Brasil, os intelectuais desempenharam um papel semelhante ao dos portugueses no início do período republicano, mais especificamente durante a chamada Primeira República (1889-1930). De acordo com Sevcenko (1999, p. 70), "essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiros: eram to-

dos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos". A época era de modernização e a ideia de progresso como sinônimo de alinhamento ao desenvolvimento capitalista dos países centrais e de adequação aos seus padrões exigia mudanças em diferentes âmbitos.

Se por um lado, os publicistas, jornalistas e literatos em geral expressavam ideias de "progresso", de "democracia" e de "modernização", por outro, não se opunham radicalmente à ordem instituída e ao poder constituído, uma vez que dependiam das instituições vigentes que os formavam e os projetavam socialmente como intelectuais, como é o caso da imprensa (Miceli, 2001).

Situação semelhante pode ser verificada na intelectualidade portuguesa do período, ou seja, havia uma ambiguidade ideológica dos intelectuais, tanto brasileiros quanto portugueses. A maior parte dos autores da revista "Atlantida" tinha suas atividades ligadas ao aparelho de Estado, fortemente vinculadas à estrutura social vigente, o que favorecia a dependência do *status quo*. Muitos desses intelectuais tomaram parte na política, assumindo cargos na administração, ou, no mínimo, "gravitaram" em torno do poder.

No estudo de periódicos, como é o caso aqui apresentado, faz-se necessário considerar os aspectos ligados à recepção e à circulação dessa revista. Qual teria sido efetivamente o seu público leitor? Em que medida ela atingia o público brasileiro e o portugueses?

Para responder a essas questões, adotando como referência a estética da recepção, procurou-se avaliar a circulação da revista com a finalidade de obter informações sobre a sua tiragem, a existência de possíveis listas de distribuição, as citações à revista em bibliografia especializada, entre outras, conforme recomenda Lima (1983).

No entanto, esses parâmetros não propiciaram o acesso a informações a respeito da circulação da revista, uma vez que não há dados disponíveis sobre a tiragem e o público leitor desse periódico nas fontes pesquisadas. No que concerne às referências à "Atlantida", encontrou-se apenas: a) um catálogo da exposição bibliográfica e documental intitulada "Revistas Literárias do Século XX em Portugal (1901-2000)", realizada na Hemeroteca Municipal de Lisboa em 2003; b) uma breve menção em Mattoso, 2001, p. 470, quando se refere a João de Barros ("que em 1915 ia lançar a sua própria revista, *Atlantida*"); c) o livro de João de Barros, "Caminho da Atlantida: uma campanha luzo-brazileira", sem data e editado pela mesma imprensa da revista (Imprensa Libanio da Silva).

Outro dado relevante refere-se à identificação das fontes de financiamento da revista, as quais poderiam sugerir mais diretamente a sua vinculação ideológica. Na segunda página de todos os exemplares consta o seguinte: "Atlantida: mensario artistico, literario e social para Portugal e Brazil. Sob o alto patrocínio

de S. Ex.^{as} os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Extrangeiros e Fomento de Portugal”. Contudo, nenhuma documentação que demonstre esse patrocínio está registrada em documentos oficiais, conforme consulta ao Fundo Instituto Diplomático e ao Serviço de Arquivo Histórico-Diplomático, depositados no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa.

Ainda sobre o financiamento, Correia (2008, p. 4) afirma que

[...] Revista de elites e para elites, a viabilidade financeira da *Atlântida* assentava, provavelmente, nas assinaturas, em alguma publicidade e nos apoios e colaborações voluntariosas dos que lhe asseguravam conteúdo.

De qualquer forma, essas dificuldades encontradas na análise da revista “Atlântida” são praticamente as mesmas enfrentadas no exame da maioria dos periódicos do início do século XX, pelo menos no Brasil e em Portugal (Luca, 2010).

3. A educação elementar na revista “Atlântida”

O tema da educação aparece em um número relativamente reduzido de artigos da revista “Atlântida”. Entretanto, as principais questões educacionais estiveram presentes, tais como o papel da educação e da instrução, as reformas educacionais ocorridas durante o início do século XX e a situação dos diferentes níveis e modalidades de ensino (elementar, secundário, superior, profissional). Além disso, são apresentados artigos sobre os Jardins-Escolas João de Deus, a Escola-Oficina nº 1, o ensino do desenho mecânico, a higiene escolar⁽¹⁾ e observações acerca das experiências educacionais na Bélgica e na Espanha.

No caso brasileiro, a implantação da República não significou uma mudança nas bases econômico-sociais. Ao contrário, reforçou o poder da oligarquia cafeeira e o sistema político coronelista, estrutura de poder que se manteve ao longo de toda a Primeira República. Mesmo diante dos problemas sociais que foram se amplificando, existiam expectativas otimistas em relação aos projetos de Brasil republicano.

Conforme as relações capitalistas se consolidavam, as preocupações educacionais intensificavam-se significativamente. A penetração do ideário liberal nessa época reforçou o “mito da escolaridade” e, na medida em que a transição econômico-social avançava, a crença na instituição escolar como a responsável pela posição social dos indivíduos e pelo progresso sedimentava-se no pensamento educacional.

Distintos segmentos sociais, motivados por diferentes razões, promoveram intensos debates em torno da universalização da escola, que acabaram por endossar essa instituição como a responsável pela redenção da sociedade. Em

termos de política educacional, esses debates resultaram, na prática, na implantação de um número expressivo de reformas que, em última instância, reforçavam a modernização da educação de elite.

A bandeira da universalização da escola foi alimentada, em grande medida, pela crença de que a ignorância, criada e mantida pela ausência de educação popular, era a grande responsável pela miséria e atraso social do Brasil.

[...] a maioria absoluta permanecia e ainda permanece agora, em grande parte no analfabetismo, na ignorância, comprometendo a economia do país, porque era ela e é ainda a detentora das profissões produtivas e sem capacidade nem possibilidades, só milagres, imprevistos neste século, poderiam conseguir cousas úteis e duráveis (Leão, 1919a, p. 1030).

A associação entre analfabetismo e incapacidade foi sendo construída desde a promulgação da Lei Saraiva, em 1881. Essa lei, modificando as regras de participação política, manteve o critério de renda e acrescentou a restrição ao voto do analfabeto, favorecendo, assim, a constituição do preconceito contra o analfabeto e sua conseqüente discriminação social, fortemente arraigados na sociedade brasileira.

As taxas de analfabetismo no Brasil da época eram, de fato, bastante expressivas, sendo possível verificá-las na tabela a seguir.

Tabela 1: Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

	1900	1920
Total da população	17.388.434	30.635.605
Analfabetos	12.939.753	23.142.248
Sabem ler e escrever	4.448.681	7.493.357
% de analfabetos	74.4	75.5

Fonte: Instituto Nacional Estatístico. Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936.

No decorrer da Primeira República, a discussão política da educação elementar, conhecida como "Entusiasmo pela Educação", foi neutralizada pouco a pouco e cedeu lugar ao movimento chamado "Otimismo Pedagógico", constituído pelos primeiros teóricos e profissionais da educação, que, canalizando os anseios em torno da educação escolar, acabaram por reduzir o debate educacional a uma discussão centrada nos métodos pedagógicos. Inspirados no pensamento escolanovista americano e europeu, contribuíram decisivamente para a constituição do liberalismo em ideologia educacional (Nagle, 1974).

Carneiro Leão era integrante desse grupo. Para ele, a instrução deveria ser substituída pela educação, entendia-se a instrução como o desenvolvimento da inteligência e a educação, como a formação completa do indivíduo, abrangendo também o desenvolvimento físico e moral (Leão, 1919b).

A educação popular, que não convém confundir com a desapareição apenas do analfabetismo (uma vez que só por si aprender a escrever e a ler não resolve de modo algum a nossa crise social) mas uma preparação integral e generalizada por todo o país é o meio único para o decisivo engrandecimento da nacionalidade. Essa educação prática, além de fazer do povo inerte uma fôrça activa e produtora, é, indirecta, mas prodigiosamente também, a melhor educação moral e cívica que poderemos dar à nossa gente (Leão, 1919a, p. 1037).

Esse autor foi responsável pela reorganização da educação pública no estado de Pernambuco, em 1928, cuja reforma seguiu as diretrizes das demais reformas estaduais implantadas durante a década de 1920.

As questões apresentadas até aqui não se davam de forma diferente em Portugal. No início do século XX, Portugal era um país de base agroexportadora e com um parque industrial ainda incipiente. Mantinha-se economicamente dependente da Inglaterra, sofrendo crises financeiras sucessivas na medida em que contraía mais empréstimos. Essa situação econômica favoreceu o crescimento do Partido Republicano, que conseguiu a adesão de diferentes setores da sociedade contra o regime monárquico.

Com a instituição da República, proclamada em 5 de outubro de 1910, do ponto de vista econômico o país permaneceu com um modelo agrário e dependente da economia externa, embora ocorressem modificações no âmbito político e administrativo; não havia, portanto, uma mudança estrutural nas bases econômico-sociais.

No artigo "O problema educativo português", João de Barros apresentou uma série de críticas à concretização das propaladas promessas republicanas. Para ele, a questão primordial a ser resolvida seria "fundamentalmente, um problema de educação. De educação e de instrução" (Barros, 1919, p. 732).

Quais são, de facto, as conquistas de que pode orgulhar-se a República em matéria de instrução? Esta, simplesmente: – descentralização do ensino primário (que umas vezes existe, outras desaparece, e sôbre cuja eficácia eu tenho sérias dúvidas); autonomia administrativa, e até certo ponto pedagógica, dos estabelecimentos de ensino secundário, superior, especial ou normal; e maior, muito maior difusão do ensino em todos os graus (Barros, 1919, p. 740).

O autor identificava uma "ausência de verdadeiros princípios educativos, inspirando um conjunto de regras gerais, alicerçando um sistema organizado e concatenado – de instrução nacional" (Barros, 1919, p.739). Identificava também a falta de um objetivo que seria fundamental: "criar gerações que mantenham e defendam êsse novo regime, na sua estrutura definida e na sua fisionomia essencial" (p. 740).

Por outro lado, a instalação da República, inegavelmente, trouxe consigo novos ideários. Um deles era a possibilidade de se "reformatar a mentalidade portuguesa", especialmente por meio da instrução e da educação – uma "educação republicana", expressão utilizada por João de Barros (Carvalho, 2001, pp.651-652).

A ideia da educação como a grande responsável pelas mazelas do país permeou praticamente todos os artigos da "Atlantida" que trataram do tema.

Todos nós deploramos e continuamente ouvimos lastimar que Portugal sob o ponto de vista da instrução mais rudimentar, - ler, escrever e contar -, esteja ainda num lugar tão inferior, com uma percentagem de analfabetos, que, apesar de todos os contínuos esforços da República, ainda hoje é, infelizmente, bem grande (Magalhães, 1917, p. 42).

Dos censos da época, depreende-se que as taxas de analfabetismo eram muito altas, como podem ser demonstradas a seguir.

Tabela 2: Índices de analfabetismo da população portuguesa a partir de sete anos de idade

	1911	1920
Total da população	5.960.056	6.032.991
Analfabetos	4.478.078	4.277.341
Sabem ler	1.481.978	1.755.650
% de analfabetos	75,13	70,89

Fontes: Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911,
Censo da População de Portugal 1º de Dezembro de 1920
e Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930.

Ainda sobre o analfabetismo da população portuguesa, a ênfase de Barbosa de Magalhães recaiu, no entanto, sobre a falta de "educação". "Pior do que a falta de instrução é a falta de educação, e esta pode dar-se, e dá-se, também nos indivíduos instruídos, sendo certo que é exactamente nesses que é mais perigosa e prejudicial" (Magalhães, 1917, p. 42).

Essa discussão entre educação e instrução foi explicada nos seguintes termos:

[...] é evidente que a instrução propriamente dita se dirige apenas ao desenvolvimento intelectual do indivíduo, e êste, desacompanhado do

desenvolvimento físico, é, não só insuficiente, mas prejudicial, porque produz um desequilíbrio, que é maior ainda quando ao desenvolvimento intelectual não corresponde o desenvolvimento moral, isto é, a formação do carácter, a cultura dos sentimentos de honra, do dever e do altruísmo (Magalhães, 1917, p. 43).

Tema recorrente nesse período, a necessidade de instrução apareceu em diversos artigos da "Atlantida" intimamente relacionada às noções de educação moral, cívica e higiênica (Pintassilgo, 1988).

Como a educação física, a educação moral deve começar na escola primária, quer pelo que diz respeito à formação do carácter, quer pelo que se refere à educação cívica. O carácter é a síntese das qualidades morais e de acção, diz Georges Hersent; e continua: "é o vigor do carácter que faz os homens fortes; vontade, energia, iniciativa, ordem e sentimento do dever, aceitação das responsabilidades, continuidade no esforço e confiança, em si, tais são as qualidades que se torna mister desenvolver" (Magalhães, 1917, p. 49).

Nessa mesma direcção, destaca Sacadura (1916, p.231).

As nações, onde a ideia do progresso se tem traduzido em factos de toda a ordem a favor da humanidade e os clarões da civilização se intensificam de uma forma iniludível, reconhecendo que a higiene escolar é um problema palpitante, tem procurado porfiadamente formar o meio educativo de modo a melhorar as condições em que as crianças passam a sua idade de crescimento. A época em que estão sujeitas às maiores susceptibilidades, aquela em que começa a sua preparação para a lucta e para a constituição da sociedade de amanhã, ameaçada por todos os perigos inerentes à agitada vida moderna, não pode, com efeito, deixar de preocupar os homens que pela sua situação ocupam logares de destaque e aos quaes está confiada a missão de orientar e dirigir os destinos dos povos.

O liberalismo, fundamentando-se nos princípios da individualidade, da igualdade, da liberdade, da democracia e da propriedade, contrapunha-se à desigualdade "herdada". "Por sua vez, o reconhecimento incondicional da desigualdade "natural" se consubstanciava numa sociedade hierarquizada porém justa e para tanto "aberta"" (Xavier, 1990, p. 61).

Os pilares fundamentais desse ideário foram explicitados ao longo das páginas da revista "Atlantida", corroborando a perspectiva escolanovista difundida por ela. Além da crença no papel da escola como mola propulsora do desenvolvimento, os autores defendiam a necessidade de uma educação integral, entendida como aquela que contemplaria os aspectos intelectuais, morais e físicos.

A escola, tal como fôr e como estiver, pode tornar-se um ambiente favorável ou desfavorável ao desenvolvimento regular e simultâneo – físico, moral,

espiritual e estético – da criança, isto é, pode ser ou não ser um ambiente educativo. Se não é, então transforma-se numa atmosfera deletéria, onde as crianças aprendem pouco e mal, com sacrifício da saúde e das tendências naturais do espírito (Ramos, 1918, p. 415).

A gratuidade da escola elementar merecia destaque na medida em que favoreceria a seleção dos "mais capazes".

[...] A vantagem do sistema democrático de educação está precisamente na gratuidade das escolas que permite aos pobres pôrem também em relêvo as suas faculdades notáveis. Às escolas gratuitas competiria fazer a seleção de todos os homens aproveitáveis numa democracia e promover em seguida que fôsem guindados a desempenhar os lugares que lhe coubessem de direito (Santos, 1917, p. 485).

Em consonância com a hierarquização social baseada no mérito e/ou capacidade individual, defendia-se a educação profissional para as camadas pobres da população com o objetivo de que estivessem aptas a "ocupar o espaço que lhes é reservado na sociedade".

Vejo-me forçado a salientar os pontos de vista fundamentais de que julgo depender, não só o progresso puramente científico, mas também o progresso econômico, agrícola, industrial e comercial do nosso país, como de todos os países civilizados. Recordemos o fim supremo que, hoje mais do que nunca, se impõe aos Estados: aumentar a sua produção. Para o conseguir há que desenvolver as faculdades produtoras de cada indivíduo. Compete essa tarefa também à instrução, mas para que a possa cumprir tem que ser orientada e ministrada nesse sentido – de ter em atenção a actividade profissional e produtora do homem, fornecendo-lhe os meios indispensáveis para que ela possa ser exercida o mais depressa possível, com a maior intensidade e com o menor dispêndio de energia (Magalhães, 1917, p. 53).

Ao considerar a criança como o centro das atividades educativas, as suas necessidades e os seus interesses, as questões referentes à metodologia de ensino foram expressivas nos artigos analisados. Coerentemente com o pensamento escolanovista, os autores da "Atlantida" trataram do papel que deveria ser assumido pelo aluno e pelo professor no processo de ensino e aprendizagem e da proposição de uma pedagogia ativa, significativa e baseada na experiência: "o que importa é muito menos o que se ensina, do que a maneira como se ensina" (Campos, 1916, p. 730).

São assim os educandos que por si próprios e por suas mãos constroem o edifício, para o qual lhes são fornecidos materiais, apenas sob a direcção discreta do professor, moderada e prudente; e todo o aprendido é depois exteriorizado pela escrita ou pelo desenho, as formas mais exigentes em

correção e clareza de ideias. Conjugue-se com isto a inteira familiaridade entre aluno e professor, tão íntima e perfeita e essencial como a que em nossas casas existe entre nós e os nossos filhos, e, combinados com ela, o ar de trabalho, de aplicação espontânea e solidária, a escola de iniciativa sistematicamente facultada ao aluno – e sob a orientação de tão bons princípios, com o ensino assentado sempre na experiência, como sempre culmina na acção [...]. (Cardim, 1917, p. 750).

Por último, cabe salientar que durante a Primeira República Portuguesa “houve quarenta ministros da Instrução, sem contar os que desempenharam o cargo interinamente por motivos diversos, o que dá a média de um ministro por quatro meses” (Carvalho, 2001, p. 705). Dentre eles, vários publicaram artigos na revista “Atlantida”, tais como Frederico António Ferreira de Simas, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, Leonardo José Coimbra, Afonso de Melo Pinto Veloso, João de Deus Ramos, Júlio Dantas e António Sérgio de Sousa.

4. Considerações finais

Este artigo buscou evidenciar que, em termos educacionais, a revista “Atlantida” veiculou uma das principais preocupações da época – a difusão da educação elementar. Essa preocupação cumpria uma função ideológica de mascarar os reais problemas sociais, tanto no Brasil quanto em Portugal.

A revista “Atlantida” foi escrita e divulgada por uma elite intelectual muito próxima ao centro do poder em ambos os países, tais como João de Barros, João do Rio, Carneiro Leão e João de Deus Ramos, servindo como mais um meio de veiculação das ideias liberais em educação, matriz das principais reformas educacionais do período.

Em virtude de tais características e de seu projeto ambicioso, a revista pres- tou-se mais como instrumento de projeção social de um grupo de intelectuais do período do que como um veículo de integração luso-brasileira, objetivo tão reiteradamente declarado ao longo de suas páginas.

Notas

¹ “A higiene é um saber que é poder porque veio obrigar a uma certa contenção, uma domesticação dos afectos marcada por uma infinidade de micropenalidades que se gravam na memória e transformam todos e cada um ao longo da vida. A higiene, ao introduzir um padrão de comportamento, veio montar novos mecanismos de condicionamento social, veio exigir um novo pensamento, veio exigir novos cálculos. E tudo isto tem um duplo valor simbólico – tornou-se símbolo de sociedade bem-educada e simultaneamente de pessoa de bem” (Brás, 2008, p.113).

Referências Bibliográficas

Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915 - 1920. Mensal. Recuperado em 26 maio, 2010, de <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Atlantida.pdf>

Barros, J. de. (s.d.). *Caminho da Atlantida: uma campanha luzo brasileira*. 2. ed. ampl. Lisboa: Livraria Profissional Editora.

- Barros, J. de. (1919). O problema educativo português. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 42-43 (XI), 729-745.
- Brás, J.V. (2008). A higiene do corpo e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. *Revista Lusófona de Educação*, 12, 113-138.
- Brás, J. V & Gonçalves, M. N. (2011). Para um novo conteúdo espiritual: dos Manuais de Direitos e Deveres aos manuais de Educação Cívica. *PerCursos*, 12, 213-228. [Disponível em <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/21276>].
- Brás, J.V. & Gonçalves, M.N. (orgs). (2011). *O imperativo republicano em debate*. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas.
- Cardim, L. (1917). Uma instituição que nos afirma: a Escola-Oficina n.º 1, em Lisboa. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 21 (VI), 746-751.
- Carvalho, R. de. (2001). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Correia, R. (2008). *Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*. Recuperado em 26 maio, 2010, de <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Atlantida.pdf>.
- Leão, A. C. (1919a). A educação no Brasil. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 11 (III), 1030-1038.
- Leão, A. C. (1919b). *Problemas de educação*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho.
- Lima, L. C. (1983). *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Luca, T. R. de. (2010). História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C. B. Pinsky (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto.
- Magalhães, B. (1917). A instrução pública em Portugal. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 25 (VII), 41-58.
- Mattoso, J. (Direção). (2001). *História de Portugal*. A Segunda Fundação (1890-1926). ed. revista e actualizada. Lisboa: Editorial Estampa.
- Miceli, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias na Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- Ramos, J. de D. (1918). Influência das agitações políticas na evolução do ensino popular. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 27 (VII), 412-416.
- Redacção. (1918). "A Atlantida". *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 29-30 (VIII), 628-632.
- Redacção. (1919). *Atlantida*. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 33-34 (IX), 843-845.
- Sacadura, C. (1916). A higiene escolar em Portugal. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 3 (I), 231-236.
- Santos, L. dos. (1917). As relações luso-brasileiras: questões de ensino. *Revista Atlantida: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil*, 18 (V), 484-492.
- Sevcenko, N. (1999). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Xavier, M. E. S. P. (1990). *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus.

Silvana Fernandes Lopes

Professora no Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista. Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Coimbra.
silvanaflopes@gmail.com